

Congresso reativado

Reinicia hoje o Congresso Nacional o seu segundo período de sessões do ano, após o recesso de julho. Pela agenda do primeiro semestre que não chegou a ser esgotada em ambas as Casas e pelas novas realidades do País nestes últimos cinco meses de 95, vê-se claramente que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados terão importantes matérias legais, constitucionais e políticas.

Das emendas constitucionais propostas pelo Executivo, a Câmara já aprovou e dependem de decisão final do Senado a flexibilização do monopólio estatal do petróleo. Outra importante iniciativa do Governo em mãos de senadores é a Medida Provisória da desindexação da economia, com o espinhoso problema dos reajustes salariais, que o relator pretende ver mais protegidos.

No rol das novas propostas do Planalto, devem seguir para o Congresso a reforma administrativa, a da Previdência Social e a tributária. Por sua vez, o próprio Congresso estuda a nova lei dos partidos, que pretende acabar com as chamadas “legendas de aluguel” e reduzir o número de partidos a um retrato viável das tendências ideológicas da sociedade.

Trata-se de uma agenda robusta e de peso. A economia brasileira, que tem apresentado bons resultados no primeiro semestre do ano e do mês de julho, precisa da complementação das reformas constitucio-

nais e de outras leis complementares para que possa continuar recebendo o fluxo recorde de investimentos estrangeiros que começam, felizmente, a “descobrir” de novo o Brasil como um bom mercado para o futuro.

Todas essas questões são muito polêmicas e algumas, como as reformas tributária e da Previdência, dificilmente vão ter andamento tranqüilo nas duas Casas. Recorde-se que a reforma previdenciária já era para ter sido remetida aos congressistas, e só não o foi ainda justamente pelas profundas diferenças de opinião que cercam matéria de interesse de milhões de brasileiros e, naturalmente, dos seus eleitos — deputados e senadores.

O País continua a esperar do seu Congresso Nacional, não a unanimidade, que é “burra”, no dizer de saudoso teatrólogo e pensador, mas o aperfeiçoamento das propostas do governo FHC e a sua aprovação, em favor do desenvolvimento social e econômico do Brasil. O saldo do primeiro semestre foi altamente favorável ao Senado e à Câmara dos Deputados. Ambos estiveram à altura das expectativas e das suas responsabilidades. É de se esperar que também agora, na reta final deste ano, o Parlamento brasileiro cumpra com seu dever para a modernização do Estado e do País.